

GAZETA

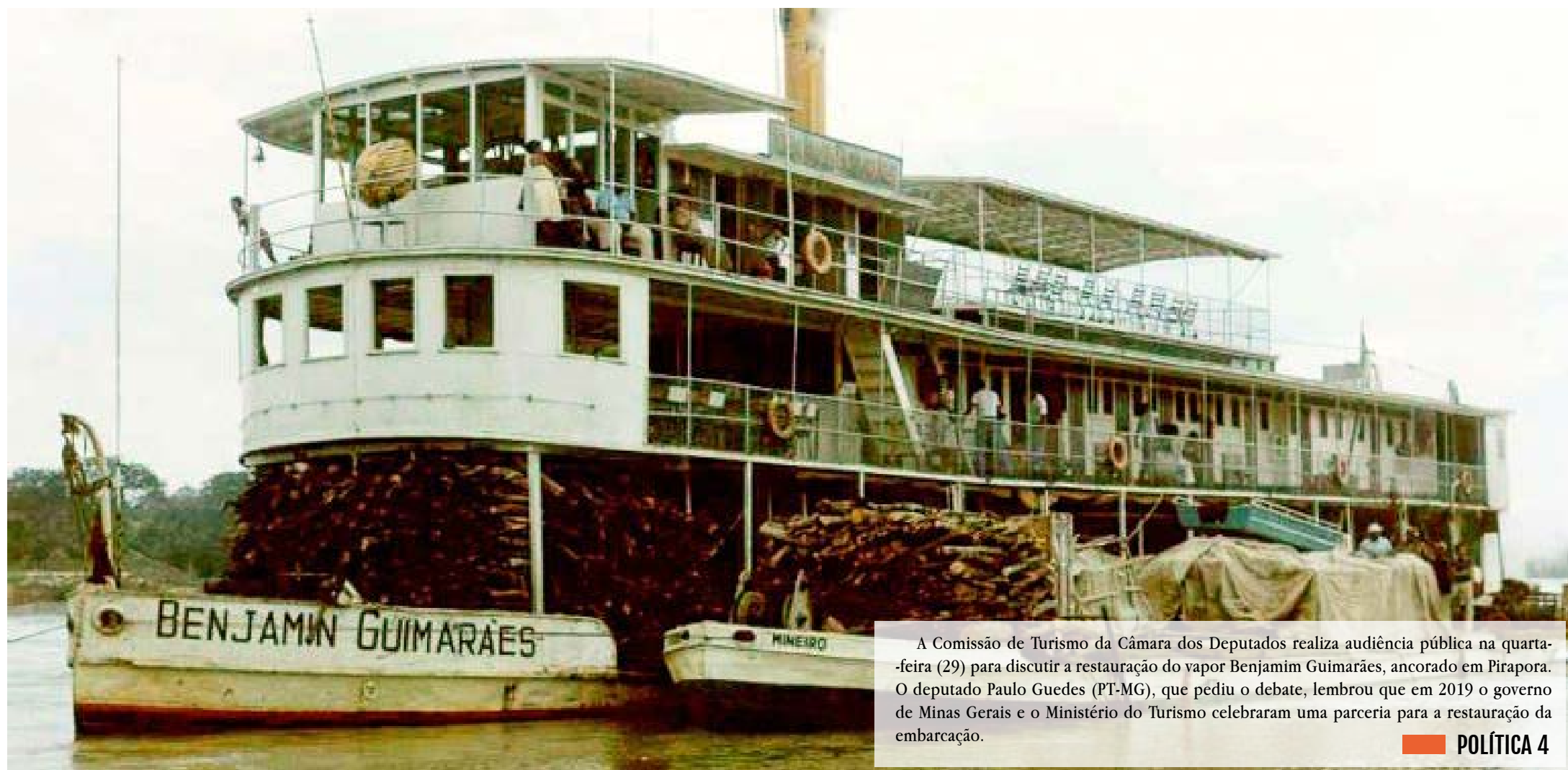
Norte Mineira



ANO XXIII | Nº 6774

MONTES CLAROS, SEGUNDA-FEIRA 27 DE JUNHO DE 2022

@GAZETANORTEMINEIRA



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados realiza audiência pública na quarta-feira (29) para discutir a restauração do vapor Benjamim Guimarães, ancorado em Pirapora. O deputado Paulo Guedes (PT-MG), que pediu o debate, lembrou que em 2019 o governo de Minas Gerais e o Ministério do Turismo celebraram uma parceria para a restauração da embarcação.

POLÍTICA 4

Comissão discute restauração do vapor Benjamim Guimarães

SEGUANÇA PÚBLICA 8

PC prende dois homens por descumprimento de medida protetiva e ameaças às ex-companheiras

Secretaria de Saúde de Pirapora promove Arraial do CAPSI

A Prefeitura de Pirapora por meio da Secretaria de Saúde promoveu na sexta-feira (24) uma festa junina para comemorar junto com a família das crianças e adolescentes assistidas pelo Capsi – Centro de Atenção Psicossocial Infantil. No Arraial da Inclusão teve muita diversão como brincadeiras de pescaria, comidas típicas como: bolo, pipoca, doces, canjica, paçoquinhas, algodão doce e outros que fizeram a alegria de todos que estiveram participando do evento.

REGIONAL 5

Audiência pública discutirá a construção do novo Cetas em Moc



DIVULGAÇÃO

A Câmara de Montes Claros realiza nesta segunda-feira (27), às 14h, audiência pública para discutir sobre a construção do novo centro de triagem de animais silvestres do Ibama (Cetas/MC). O evento é de iniciativa da vereadora Ceci Protetora (PP). Os Cetas do Ibama são unidades responsáveis pelo manejo dos animais silvestres recebidos de ação fiscalizatória, resgate ou entrega voluntária de particulares.

CIDADE 5

GERAL 12

Pesquisadora descobre floresta fossilizada de 290 milhões de anos

Mudança em resolução sobre tarifa de esgoto é aprovada

O Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou, em 1º turno, o Projeto de Lei (PL) 3.183/21, do deputado Cleitinho Azevedo (PSC), cujo objetivo original é determinar o retorno aos patamares tarifários de água adotados antes da Resolução Arsa-MG nº 154, de 2021. O projeto foi aprovado na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Essa resolução da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais unificou as tarifas de coleta e de tratamento de esgoto, elevando a conta dos consumidores que têm apenas a coleta, mesmo sem a prestação do serviço de tratamento.

POLÍTICA 3

PEDRO SOUZA/ ATLÉTICO



Turco revela preocupação com Calebe e Vargas no Atlético

O técnico Turco Mohamed poupou a maioria dos titulares do Atlético na vitória sobre o Fortaleza, por 3 a 2, nesse sábado, no Mineirão, em função do desgaste físico pela sequência de jogos. Mesmo assim, o treinador ganhou mais preocupações para a sequência do ano.

ESPORTE 11

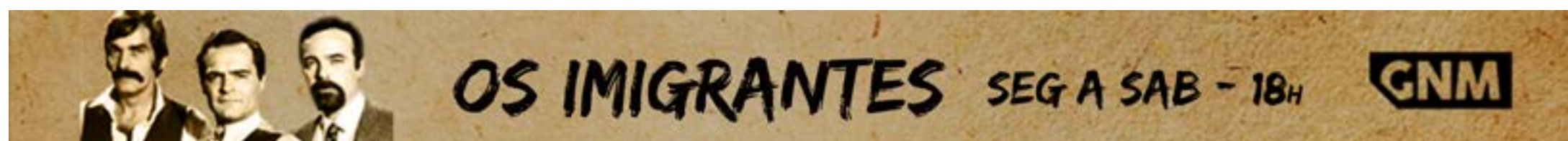
Regra que garante segurança de brinquedos no Brasil completa 30 anos

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a regulamentar a segurança de brinquedos. Há 30 anos, quando o mercado brasileiro experimentava o boom dos produtos importados, o volume de ocorrência de acidentes envolvendo crianças e brinquedos despertou a necessidade de criação de parâmetros que dessem maior segurança aos produtos infantis.

GERAL 12



FERNANDO FRAZÃO/ AGÊNCIA BRASIL



A guerra é de Putin ou da Otan?

É surpreendente e perigosa a falta de estadistas nas “democracias” ocidentais, com a exceção de Orbán talvez, capazes de compreender os fatores que conduziram ao conflito entre ucranianos e russos e as possíveis consequências. Comentaristas políticos da mídia europeia e norte-americana — e, por tabela, da brasileira — em suas análises já derrotaram os russos algumas dezenas de vezes. Não passa, porém, de wishful thinking, uma confusão entre anseios, pretensões e a realidade. Nesse mundo ilusório vivem as autoridades e políticos que inventam sanções contra a Rússia e contribuem para o prolongamento do conflito enviando armas para a Ucrânia, com a disfarçada participação da Otan.

Caberá aos historiadores esclarecer a sequência dos acontecimentos, conspirações, que concorreram para a deterioração da relação entre duas nações de tantos e los históricos.

A confrontação não se iniciou com o ataque russo. O começo foi a expansão da Otan além do conveniente. Conveniente, enquanto segure os pequenos países da Europa Central e dos Bálcãs de aventuras guerreiras entre eles mesmos, como ocorreu por ocasião do colapso iugoslavo. A partir daí, desnecessária ameaça à Rússia.

A Rússia, pela extensão de seu território, é um país invencível numa guerra convencional, como os franceses de Napoleão e os alemães de Hitler, tardiamente, acabaram aprendendo. Seu ponto fraco, a falta de portos de água quente, tornou-lhe vital o bom relacionamento com a Ucrânia. Era evidente que os russos iriam reagir drasticamente a qualquer risco a sua navegação no Mar Negro e à saída para o Mediterrâneo. Esse risco ressurgiu no horizonte

com as alterações do quadro político ucraniano, culminando na chegada de Zelinskii — a ver se protagonista ou fantoche — à presidência e a imediata deterioração do tratamento dado aos 30% da população minoritária étnica, da qual mais de dez milhões são russos.

As loquazes figuras das “democracias” deveriam ter estudado história e geografia, conhecimentos que lhes possibilitariam o entendimento dos fatores motivadores da guerra e a, consequente, tomada de atitudes mais sensatas, apaziguadoras.

Além de imbatível numa guerra convencional e capaz de séria retaliação num conflito nuclear, a Rússia tem experiência em sobreviver em situações de longo bloqueio, desde a época da revolução socialista. As sanções que afetam o comércio com a Rússia também afetam as populações das “democracias”, são tiro pela culatra. Assim, o petróleo que hoje não é vendido em virtude do bloqueio, amanhã valerá mais, pois, apesar da substituição de sua queima por outras fontes de energia, representa matéria-prima valiosa para a indústria química. Não se pode esquecer que matéria-prima e fontes de energia alternativas também são limitadas. Onde se instalam células fotovoltaicas, por exemplo, não haverá energia solar para plantação e a produção de etanol — ou de lítio para baterias — tem alto custo ambiental.

Outro ponto a considerar é que dificilmente a China deixará de colaborar com a Rússia, pois um mundo tripolar oferece mais espaço para manobras políticas e econômicas do que a bipolarização.

Falemos, porém, dos cenários mais otimistas para as “democracias”: a

Ucrânia consegue retomar os territórios invadidos. A Rússia, humilhada, praticamente perde seu prestígio e status de grande potência. Sua opção será recorrer a armas nucleares para evitar a perda desse status ou iniciar um amargo trabalho de reconstrução e preparação para nova guerra dentro de alguns anos. O alto custo do conflito para a Rússia elevará o preço da paz e é previsível que não haverá devolução territorial integral à Ucrânia.

A carência de estadistas — no comando da União Europeia e aliados —, em cujo lugar estão pessoas medianas, deleitadas com a momentânea notoriedade, mas incapazes de entender situações complexas, está nos conduzindo às trevas de uma paz armada, por natureza instável e, consequentemente, perigosa.

A toda essa irracionalidade se junta a ânsia dos governantes da Suécia e da Finlândia de se juntarem à Otan, mudando de uma confortável paz a um estado de permanente alerta e elevados gastos. Nada indica qualquer ameaça russa a esses países. As considerações militares, que preocupavam os soviéticos com a proximidade das fronteiras à cidade de Leningrado — a tiro de canhão — e levaram à guerra com os finlandeses, hoje, na época dos mísseis, estão superadas.

Nesse cenário, poderíamos até encarar com bom humor as lamúrias dos “democratas” em face das represálias russas ao boicote, não fosse a generosa oferta de vidas ucranianas cometida pelo comediante-presidente em prol dos interesses “democráticos” da Otan, União Europeia e países de além-mar, inútil e obscuro massacre cujos efeitos durarão décadas.

TIBOR RABÓCKY

PROFESSOR APOSENTADO DO INSTITUTO DE QUÍMICA DA USP

Doe vida

Não há nada mais valioso na Terra do que a Vida. No planeta, somos os únicos seres conscientes da finitude física — embora prossigamos nossa jornada de aprendizado, no âmbito espiritual, após o fenômeno chamado morte — capazes de preservá-la. A partir do momento que valorizamos a vida desde o seu estágio físico, construímos, verdadeiramente, uma Sociedade Solidária Altruística Ecu-mênica, que saberá respeitar todo tipo de existência, a compartilhar conosco nossa Morada Única, o planeta Terra.

A doação de sangue, aplaudível vereda que aproxima o ser humano de sua humanidade, é indispensável em favor de tantos que lutam para sobreviver.

No Brasil, em período de férias e feriados, justamente quando ocorrem mais acidentes de todo tipo, cresce a demanda por sangue e diminui o número de doadores. Um cálculo cujo saldo preocupa os hemocentros do país.



DÉFICIT NACIONAL - Em entrevista ao programa Sociedade Solidária, da Boa Vontade TV (Oi TV — Canal 212 — e Net Brasil/Claro TV — Canais 196 e 696), a dra. Selma So-

riano, médica hematologista e hemoterapeuta da Fundação Pró-Sangue de São Paulo, fez um apelo: “Que a população antes de tirar férias, de sair em viagem, faça a sua doação de

sangue. Normalmente, a demanda de sangue em feriados aumenta em torno de 30%, e a doação cai em torno de 40%. Daí trabalharmos sempre com os estoques no limite. Desse

modo, priorizamos o atendimento de urgência (...)”.

A transfusão de sangue é imprescindível não somente no socorro às vítimas de graves acidentes, de catástrofes como deslizamentos de terra, inundações etc. A dra. Selma explica: “Precisamos, e muito, de doações de sangue no tratamento de pacientes que estão em Unidade de Terapia Intensiva; para os que lutam contra o câncer que, às vezes, carecem de reposição de sangue; e para os pacientes de transplante de órgãos. No caso de doenças congênitas, temos a hemofilia. Isso sem falar nas cirurgias. Nas de grande porte, 60% delas necessitam de transfusão de sangue”.

Segundo o Ministério da Saúde, 3,7 milhões de pessoas doam sangue anualmente no Brasil. Está longe de ser o ideal, já que deveríamos ter cerca de 5,4 milhões de doadores. Para suprir esse déficit são feitas campanhas de apelo à sociedade. “Temos 1,8% da população brasileira que

doa sangue, e a gente deveria estar entre 3% e 5%. Faltam componentes sanguíneos para algumas situações específicas”, revela a hematologista.

MINUTOS QUE SALVAM - Que essa ação caritativa se torne um hábito saudável e permanente, já que algo que não exige sacrifício algum. “Entre a pessoa chegar a um banco de sangue e fazer a sua doação, ela permanece de 40 a 50 minutos no máximo. O ato em si, propriamente dito, leva apenas 7 minutos”, afirma a dra. Selma.

Inúmeros são os postos de coleta no Brasil. No site www.prosangue.sp.gov.br, você encontra vários deles e se informa quanto aos requisitos básicos para ser um doador de sangue.

Eis nosso contributo no esclarecimento geral a respeito desse importante assunto. Doar sangue, gesto que merece o devido apoio de todos, pode ser a própria salvação do ofertante amanhã.

JOSÉ DE PAIVA NETTO

JORNALISTA, RADIALISTA E ESCRITOR

Reflexões e propostas para uma universidade mais inclusiva e democrática pela ótica discente

A entrada na pós-graduação carrega consigo mais que a mudança de etapa acadêmica, apresentando condições que se distanciam daquelas encontradas na graduação. Muitas vezes vivenciando pela primeira vez o trabalho de pesquisa em tempo integral, este ingressante também experimenta os sabores do desemprego financeiro e emocional em um mundo que exige um formato rígido de entregas e dedicação. A(o) pós-graduanda(o) tropeça em uma realidade de ausência de apoios que existem na graduação (como auxílio moradia, auxílio alimentação e auxílio livros), além da diminuição do número de bolsas fornecidas aos programas/projetos, condições que escancaram a insuficiência de programas que garantam e permitam a permanência deste/a pesquisador/a/e na ciência brasileira.

Não é incomum ouvir desabaços de colegas sobre esta situação, seja pela falta de moradia universitária emergencial ao chegar a uma cidade nova, seja pela insuficiência de auxílios que de conta das necessidades de pós-graduandas/os/es. Mesmo quando há disponibilidade de bolsas de pesquisa, tal situação ainda não é totalmente resolvida. Sem reajuste desde 2013, as bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de R\$ 1.500,00 (mestrado) e R\$ 2.200,00 (doutorado) ao mês, não mais garantem dedicação exclusiva e integral às pesquisas de pós-graduação, que constituem a maior parte das atividades científicas desenvolvidas no País.

Dentro da pós-graduação, essa precarização veio na sequência de um período em que ocorreu, pela primeira vez, a instituição de ações afirmativas visando a corrigir a falta de inclusão de partes expressivas e historicamente marginalizadas da população brasileira. Na graduação, foi aprovada já em 2012, pelo Congresso Nacional, a Lei Federal nº 12.711/2012, estabelecendo a reserva por todas as instituições federais de vagas para pessoas pretas, pardas e indígenas (PPI); e estudantes de escolas públicas e de baixa renda. Já na pós-graduação, somente em 2016 foi publicada pelo Ministério da Educação a Portaria Normativa nº 13/2016, revogada pela Portaria MEC nº 545/2020, que instituiu que as instituições federais deveriam apresentar propostas para a maior inclusão de estudantes PPI e com deficiência (PCD) em seus programas. Embora a portaria só estabelecesse a obrigatoriedade de apresentação de propostas, no período seguinte ocorreu a implementação de ações afirmativas nos processos de admissão de vários programas de pós-graduação. Até janeiro de 2018, 18% do total de programas de pós-graduação de universidades públicas brasileiras, com conceito Capes 3 ou maior, já adotavam esta política.

Ainda em 2021, na USP, o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte (PGEHA) reservou 20% das vagas do mestrado e doutorado para o primeiro semestre de 2022 aos grupos PPI, PCD e pessoas quilombolas, transexuais, pertencentes ao espectro autista, idosas e a refugiados. Já a Faculdade de Direito instituiu, pela Deliberação CPG-FD/USP nº 02/2021, o acréscimo de 20 vagas ao seu edital reservadas aos grupos PPI e grupo PCD.

Também em 2021, o Programa de Pós-Graduação em Ecologia fez sua primeira seleção com ações afirmativas. Como também o Programa de Pós-Graduação de Ciências da Reabilitação da Faculdade de Medicina, que, em dezembro de 2021, aprovou a inclusão de ações afirmativas em seu edital, onde cada orientador pleno do PPG terá uma vaga reservada exclusivamente para candidatas/as/es autodeclarados/as/es PPI, quilombolas, transexuais, transgêneros, travestis, PCD e em vulnerabilidade econômica. Tais iniciativas se somam a tantas outras já existentes, como nos processos seletivos dos programas de pós-graduação em Ciência Política (PPCP), em Antropologia Social (PPGAS) e em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (Diversitas), na FFLCH, e em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP), na EACH, que também estipulam algum tipo de ação afirmativa ao menos desde 2017.

Enquanto as políticas citadas continuam a transformar o perfil da pós-graduação, não se vê uma evolução paralela nas políticas de permanência da Universidade. Enquanto na graduação foi institucionalizada uma política de permanência e assistência estudantil na forma do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), não há iniciativa equivalente na pós-graduação. Os apoios são limitados a vagas em moradias estudantis e auxílios financeiros pontuais (para alimentação e moradia), sem um programa instituído. Embora o Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) possa se tornar uma fonte de renda adicional, este não se configura como política de permanência propriamente dita, pois se trata de um estágio de iniciação à docência. Um trabalho efetuado por pós-graduandas/os/es nas disciplinas de graduação da USP e restrito a um percentual baixo de estudantes, com critérios de inclusão regulados por cada unidade, descentralizado, e muitas vezes desconsiderando fatores sociais e econômicos.

Paralelamente, não existem dados públicos sobre as condições socioeconômicas de estudantes de pós-graduação da USP nem uma descrição detalhada dos programas de permanência já existentes na Universidade. O próprio orçamento da USP não discrimina um orçamento específico para a pós-graduação, que, em seus Anuários Estatísticos desde 2012, só é incluída nos dados de permanência como uma nota de rodapé do número de vagas de moradias destinadas à graduação e à pós-graduação como um todo. Há insuficiência tanto em políticas de permanência quanto na coleta e divulgação de dados. Neste cenário, como podemos pensar em uma política de permanência para a pós-graduação na USP condizente com a realidade de seus discentes? Feitas essas considerações, apresentamos, de forma sintética, algumas propostas que consideramos fundamentais:

1 — Construção de uma política de permanência estudantil para a pós-graduação da Universidade de São Paulo, incluindo auxílio financeiro destinado a pós-graduandos/as/es que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

JÚLIA SANCHES
MESTRANDA DA ESCOLA POLITÉCNICA (POLI) DA USP

LUENE VICENTE
MESTRANDA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO (FFCLRP) DA USP

LUCAS DOS SANTOS
DOUTORANDO DO INSTITUTO DE ASTRONOMIA, GEOFÍSICA E CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS (IAG) DA USP E OUTROS AUTORES*

2 — Melhor coleta e divulgação dos dados orçamentários destinados à permanência na pós-graduação na USP e de dados referentes ao perfil socioeconômico de estudantes dos programas.

3 — Construção de uma diretoria universitária para guiar ações afirmativas dentro dos programas de pós-graduação da USP, incluindo participação discente na tomada de decisões.

4 — Alteração da diretoria central do PAE para que todos os editais contemplem questões sociais e econômicas nos processos de seleção de bolsistas, além de outros ajustes e melhorias no programa.

5 — Engajamento da USP, em seu conjunto (administração e comunidade acadêmica), pelo reajuste das bolsas de mestrado e doutorado das agências de fomento (Capes e CNPq).

* Todos os autores deste artigo são integrantes do Grupo de Trabalho do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil para a Pós-Graduação:

Alan Utsuni Sabino, doutorando do PPG-Oncologia (FMUSP)
Alberto Vinicius Sousa Rocha, mestrando em Solos e Nutrição de Plantas (Esalq/USP), APG Esalq/USP
Amanda Caroline Harumy Oliveira, doutoranda em Integração da América Latina (Prolam), APG USP Capital
Henrique Araujo Araguskuku, doutorando em Psicologia Social (IP), Coletivo da Pós do IPUSP
Ingred Merllin Batista de Souza, doutoranda em Ciências da Reabilitação (FMUSP), APG USP Capital
Jéssica Duquini dos Santos, mestranda em Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP), APG USP Capital
Júlia Guimarães Sanches, mestranda em Engenharia Mineral (EP-USP), APG USP Capital
Lucas Marcelo de Sá Marques dos Santos, doutorando em Astronomia (IAG-USP)
Lucca Ignácio Morais Luiz, mestrando em Educação (FEUSP)
Luene Pessoa Vicente, mestranda em Biologia Comparada (FFCLRP), APG USP Ribeirão Preto
Luiz Fernando de Camargo Rodrigues, doutorando em Física (IF)
Mariana Shizue Gouveia Saito, doutoranda em Recursos Florestais (Esalq)
Rafael Rodrigo da Silva Pimentel, doutorando em Gerenciamento em Enfermagem (EEUSP)
Renan de Souza Dias, mestrando em Ciências da Engenharia Ambiental (EESC), APG USP São Carlos
Renato da Silva Cardoso, mestrando em Imunologia (ICB-USP)
Taís Rodrigues Tesser, mestranda em Mudança Social e Participação Política, ProMuSPP (EACH)

Mudança em resolução sobre tarifa de esgoto é aprovada

PL votado em 1º turno impede cobrar por serviço não prestado; aprovadas ainda mudanças em ITCD e vedação a bens de luxo

O Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou, em 1º turno, o Projeto de Lei (PL) 3.183/21, do deputado Cleitinho Azevedo (PSC), cujo objetivo original é determinar o retorno aos patamares tarifários de água adotados antes da Resolução Arsa-MG nº 154, de 2021. O projeto foi aprovado na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Essa resolução da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais unificou as tarifas de coleta e de tratamento de esgoto, elevando a conta dos consumidores que têm apenas a coleta, mesmo sem a prestação do serviço de tratamento.

Antes, quem contava apenas com a coleta dos resíduos pagava o correspondente a 25% da tarifa de água pelo serviço. A partir da mudança, passou a pagar 74%.

Originalmente, a proposição buscava voltar ao patamar de 25% para consumidores sem tratamento de esgoto, mas mantendo 74% para os demais. O substitutivo acatado

pelo Plenário impede somente a cobrança pelo serviço não prestado.

O novo texto ainda determina que o atraso no início da operação do serviço de tratamento de esgoto, nas localidades em que contratado, ou sua interrupção por motivo não previsto em contrato, fará incidir desconto sobre o valor da tarifa.

O desconto será revertido diretamente para a população e será em percentual a ser definido pela Arsa-MG. Enquanto não houver essa definição, o desconto será de 28,16% sobre a tarifa vigente.

O projeto também passa a prever que toda revisão tarifária será necessariamente precedida de audiência pública a ser realizada na ALMG, sob pena de sua ineficácia. Para receber parecer de 2º turno o projeto seguirá agora à Comissão de Administração Pública.

Vedação a compra de bens de luxo pelo Estado é ampliada

Já em 2º turno, o Plenário aprovou diversos projetos, entre eles o PL 3.732/22, que veda a aquisição de bens de luxo pelo Estado. De autoria dos deputados Bartô (PL)

e Cleitinho Azevedo, a proposição foi aprovada em sua forma original, com duas emendas de Plenário apresentadas pelos próprios autores, ampliando as vedações originalmente previstas.

O projeto altera a Lei 14.167, de 2002, que dispõe sobre a adoção, no âmbito do Estado, do pregão como modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns. Acrescenta artigo à norma para determinar que os bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas dos Poderes de Minas deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de bens de luxo.

As duas emendas aprovadas foram recebidas por Acordo de Líderes, dispensando parecer prévio. A emenda nº 1 deixa claro que a proibição de bens de luxo também se aplica à locação e contratação de serviços pelos Poderes, e não apenas à aquisição de bens de consumo.

A emenda nº 2 diz que a vedação de aquisição e contratação



Projeto aprovado pelo Plenário impede a cobrança pelos serviços de coleta e de tratamento de esgoto não prestados

de bens de luxo aplica-se ainda a todas as modalidades de licitação, bem como para os casos de sua dispensa.

O texto aprovado leva em con-

ta a nova normatização federal a respeito, trazendo conceitos de bem de luxo, bem de qualidade comum e bem de consumo. Também ressalva que não será enqua-

drado como bem de luxo aquele que for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do de qualidade comum da mesma natureza.

PL sobre recurso administrativo também aprovado

Também em 2º turno, foi aprovado o PL 908/19, do deputado Doutor Paulo (Patri), que originalmente atribui efeito suspensivo e devolutivo a recurso administrativo que verse sobre vencimento, benefício, auxílio e aposentadoria. Isso de forma que a decisão não tenha eficácia enquanto estiver pendente a apreciação do recurso interposto pelo interessado.

Os deputados acataram o substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, ao texto original, que havia sido o aprovado no 1º turno no Plenário.

O novo texto aprovado em defi-

nitivo atende a uma sugestão feita posteriormente pelo próprio autor, passando a atribuir efeito suspensivo automático apenas aos recursos administrativos relativos às hipóteses de concessão de licença para tratamento de saúde.

Como aprovado, é inserido novo parágrafo ao artigo 57 da Lei 14.184, de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual.

Além disso, passou a constar no texto aprovado que, nos prazos do processo administrativo expressos em dias, devem ser contados ape-

nas os dias úteis, à semelhança do processo civil.

APROVADO PROJETO SOBRE CÁLCULO DO ITCD - Em 2º turno, o Plenário aprovou ainda o PL 2.918/21, do deputado Bernardo Mucida (PSB), que altera a forma de cálculo do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). A proposta foi aprovada na forma do vencido (texto aprovado no 1º turno com modificações durante a tramitação), e muda a Lei 14.941, de 2003.

O objetivo é alterar a forma de cálculo do ITCD, no que se refere à

sobrepartilha (nova partilha nos autos de um inventário incluindo os bens remanescentes, os sonogados ou os descobertos após a partilha) e às hipóteses de perda do desconto.

Como votado, o projeto acrescenta os artigos 8º-A e 10-A a essa lei, de modo a atualizar o valor do imposto recolhido em relação à primeira partilha, da mesma forma que os bens anteriormente partilhados são atualizados quando da realização da sobrepartilha.

Além disso, a mudança mantém o desconto aplicado ao valor do ITCD calculado na primeira partilha, nos casos em que os bens a

serem sobrepartilhados não decorrem de omissão dolosa ou falseamento de informações.

É também incluído parágrafo único no artigo 8º da mesma lei, com o objetivo de corrigir o cálculo do imposto para todos os tipos de declarações de bens e direitos, e não somente para as hipóteses de sobrepartilha.

Outras alterações têm o objetivo de evitar a perda de desconto no tributo cobrado no caso de envio de declaração retificadora antes do término do inventário.

ISENÇÃO PARA DOADOR

DE SANGUE - Outro projeto aprovado em definitivo foi o PL 874/15, do deputado Sargento Rodrigues (PL), que altera a Lei 13.392, de 1999, para incluir o doador de sangue regular entre aqueles isentos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos do Estado.

Hoje a lei assegura a isenção para o cidadão comprovadamente desempregado. Da mesma forma, o doador regular de sangue deve comprovar essa condição, mediante a apresentação de documento emitido pela entidade coletora, em que constem as datas das doações.

Assembleia Fiscaliza começa novo ciclo nesta terça (28)

Prestação de contas de secretários e outros gestores do Executivo à ALMG prosseguirá até 7 de julho, com 12 reuniões

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) tem três funções constitucionais: representar a população, legislar e fiscalizar a gestão do Estado. Com foco nesta última função, o Parlamento mineiro realiza, a partir de amanhã (28), rodada com 12 reuniões do 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza 2022, que prosseguirá até o dia 7 de julho.

O Assembleia Fiscaliza é uma iniciativa de prestação de contas instituído em Minas Gerais em que secretários de Estado e dirigentes de entidades da administração direta e indireta devem

comparecer a reuniões das comissões temáticas da ALMG para fornecer informações sobre a gestão de suas respectivas áreas.

Nessas reuniões de fiscalização, as autoridades convocadas prestarão informações referentes à gestão das suas áreas considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2022.

PROGRAMAÇÃO

Abre a programação a reunião para prestação de contas da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), a partir das 9 horas. O encontro

será conduzido pelas Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Desenvolvimento Econômico, de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) e Extraordinária das Privatizações.

Ainda no dia 28, a partir das 14 horas, acontece a reunião da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como centro das atenções o desempenho da Secretaria de Estado de Educação (SEE). Também participa desta sabatina como convidada a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Na sequência da programação,

acontecem mais dez reuniões do 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza 2022 para prestação de contas:

- Quarta-feira (29/6), às 9 horas, com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), e às 14 horas, com a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra);

- Quinta-feira (30/6), às 9 horas, com a Secretaria de Cultura e Turismo (Secult), e às 14 horas, com a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese)

- Terça-feira (5/7), às 9 horas, com a Secretaria de Saúde (SES),

e às 14 horas, com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sede) e a Cemig;

- Quarta-feira (6/7), às 9 horas e às 14 horas, com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejus);

- Quinta-feira (7/7), às 9 horas, com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), e às 14 horas, com as secretarias de Planejamento e Gestão (Seplag) e de Governo (Segov).

SEGURANÇA PÚBLICA - A única secretaria de Estado que terá

duas reuniões será a Sejus, dividida em duas partes, uma pela manhã e outra à tarde da quarta (6/7), para dar conta das diversas instituições envolvidas na mesma área temática. Sendo assim, às 9 horas será a vez do comando da Polícia Militar e às 11h30 do comando do Corpo de Bombeiros Militar.

Na sequência, às 14 horas, será sabatinada a chefia da Polícia Civil e às 16 horas, o responsável pela própria Sejus. A programação deste dia terá sempre a liderança da Comissão de Segurança Pública da ALMG.

Trabalho preparatório para o Assembleia Fiscaliza

Para as reuniões do Assembleia Fiscaliza, sempre acontece um trabalho preparatório para embasar a atuação dos deputados, que têm acesso prévio, por exemplo, a tabelas de acompanhamento dos requerimentos, com as respostas dos órgãos e entidades do Poder Executivo aos questionamentos dos parlamentares e sugestões técnicas de encaminhamento.

O Executivo deve enviar ainda, à ALMG, relatórios de gestão de órgãos e entidades com informações sobre a gestão das respectivas pastas de janeiro a maio, que devem

chegar às comissões até 48 horas antes de cada reunião do Assembleia Fiscaliza.

Os deputados têm acesso ainda a relatórios das reuniões do ciclo anterior, realizado em novembro de 2021, com os principais temas discutidos e os encaminhamentos parlamentares propostos.

DOCUMENTOS E ENCAMINHAMENTOS - Todas as informações prévias ou apresentadas nas reuniões do Assembleia Fiscaliza são disponibilizadas no Portal da ALMG para consulta do cidadão.

É o caso das apresentações dos secretários de Estado, relatórios de gestão do Executivo e, ainda, os relatórios das próprias reuniões realizadas, com as principais temáticas discutidas, compromissos assumidos e encaminhamentos com os desdobramentos na atuação parlamentar, como os requerimentos com pedidos de mais informações ou de providências.

Ao final do ciclo, o Assembleia Fiscaliza resulta na apresentação de recomendações ao Poder Executivo que integrarão o relatório

de cada reunião de fiscalização. A Mesa da Assembleia então envia essas recomendações ao governo.

HISTÓRICO - O Assembleia Fiscaliza foi criado pela Emenda à Constituição do Estado 99, de 2019, seguida da Deliberação da Mesa 2.705, do mesmo ano (e suas modificações), que disciplinou o comparecimento das autoridades estaduais e a organização das reuniões do Assembleia Fiscaliza.

No final de 2019, a Emenda à Constituição do Estado 103 alte-

rou a periodicidade de comparecimento das autoridades do Poder Executivo de quadrimestral para semestral.

FISCALIZA MAIS - O sucesso da iniciativa deu origem ao Fiscaliza Mais, um aprimoramento do Assembleia Fiscaliza. Enquanto o Assembleia Fiscaliza pode ser definido como uma prestação de contas dos gestores, o segundo é um novo modelo de monitoramento intensivo de determinados temas das políticas públicas estaduais pelas comissões, mas com foco

em indicadores, estudos técnicos e demais bases de dados disponíveis que permitam aferir os resultados e a efetividade das ações do Estado em prol dos cidadãos.

O Assembleia Fiscaliza e o Fiscaliza Mais acontecem paralelamente, o primeiro em uma rodada por semestre e o segundo ao longo de todo o ano, mobilizando as comissões permanentes da Casa, com exceção das Comissões de Redação e de Constituição e Justiça, sem prejuízo para as atividades rotineiras delas. (Portal ALMG)

Comissão discute restauração do vapor Benjamin Guimarães

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados realiza audiência pública na quarta-feira (29) para discutir a restauração do vapor Benjamin Guimarães, ancorado em Pirapora.

O deputado Paulo Guedes (PT-MG), que pediu o debate, lembrou que em 2019 o governo de Minas Gerais e o Ministério do Turismo celebraram uma parceria para a restauração da embarcação.

“A empresa contratada para a realização do serviço, ao tentar retirar a embarcação das águas, provocou grave avaria no casco da embarcação e esta situação persiste, levantando grande preocupa-

ção”, disse o deputado.

Paulo Guedes disse que o governo de Minas noticiou que assumiria integralmente a restauração do vapor Benjamin Guimarães. “Mas o que vemos até agora é uma situação preocupante. É o prenúncio de uma tragédia ainda evitável”, disse.

O deputado lembrou que o vapor iniciou sua navegação pelo rio São Francisco em 1920 e por muito tempo levou carga e passageiros entre Pirapora e Juazeiro (BA). Em 1985 foi aprovado o seu tombamento e até 2015 era a única embarcação do tipo em uso no mundo.

A audiência está marcada para iniciar a 15 horas. Entre os convidados estão: o prefeito de Pirapora, Alexandre Costa César; o presidente da Câmara Municipal de Pirapora, Keke Viana; um representante da Empresa Municipal de Turismo de Pirapora; um representante da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais; um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); um representante do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG); e um representante do Ministério do Turismo. (Agência Câmara)



DIVULGAÇÃO/IBERHA

Câmara de Vereadores prestam homenagem a magistrado e ao fórum Gonçalves Chaves

A Câmara Municipal de Montes promoveu na noite de sexta-feira (24) duas sessões especiais. A primeira, de iniciativa do vereador Stalin Cordeiro (Pode), entregou o Título de Cidadão Honorário ao juiz Francisco Lacerda Figueiredo.

Já a segunda sessão homenageou o Fórum Gonçalves Chaves pelos seus 130 anos – o evento foi de autoria do presidente da Casa, vereador Cláudio Rodrigues (Rede).

“Não temos dúvidas de estar diante de um cidadão que merece

receber todas as honras do povo de Montes Claros, pois o Dr. Francisco Lacerda é um ser humano de qualidades inoxidáveis, jurista e intelectual destacado, e magistrado de extrema retidão e competência”, destacou o autor da proposição,

Stalin Cordeiro.

O juiz Francisco Lacerda Figueiredo nasceu em Janaúba, foi delegado de polícia, magistrado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e atuou no juizado especial cível e criminal da comarca dos municípios de Unai, de 2001 a 2003; Espinosa, de 2003 a 2004; Janaúria, de 2005 a 2011, e em Montes Claros, em 2011. Atualmente é titular da Segunda Vara Empresarial e da Fazenda Pública desde 2017, é presidente da primeira turma recursal do Juizado Especial de Montes Claros e integrante da turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais de Minas Gerais.

“Receber esse título é uma honra, pois sempre sonhei com isso. Eu trabalhava oito horas em Janaúba e à noite, pegava a estrada para vir fazer o curso de direito aqui em Montes Claros. É uma honra fazer parte do magistrado montes-clarense”, destacou o homenageado.

130 ANOS DO FÓRUM
GONÇALVES CHAVES

Também na noite desta sexta-feira, a Casa homenageou Fórum Gonçalves Chaves pelos seus 130 anos de fundação no município, no dia 15 de maio de 1892. Esse poder judiciário leva o nome do bacharel em direito Antônio Gonçalves Chaves, que formou-se na Faculdade de São Paulo em 1863. Após a graduação, o bacharel se dedicou à magistratura, a princípio como promotor de Justiça de Montes Claros, onde também serviu de Juiz de Direito. Ingressando na política, filiado ao Partido Liberal – foi eleito por diversos mandatos como deputado provincial.

Em 1996, a Câmara Municipal de Montes Claros aprovou o projeto do Executivo, então chefiado pelo prefeito Tadeu Leite, autorizando a desafetação e doação de terreno ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) para construção

da nova sede do Fórum Gonçalves Chaves na rua Raimundo Penalva, onde funciona atualmente. Já em 2018 a Casa Legislativa aprovou projeto enviado pelo prefeito Humberto Souto, autorizando a doação de terreno ao TJMG para construção de uma nova sede que passará a centralizar todo o serviço do judiciário da comarca de Montes Claros. Com a ampliação do espaço físico, em área de cerca de 15 mil metros, no bairro Ibituruna, a expectativa é de que haja a expansão dos serviços, com mais juizes e mais varas para atender à demanda da região.

“Esse momento solene, em que o Legislativo tem a oportunidade de homenagear uma instituição tão importante que é o Fórum Gonçalves Chaves, cuja atuação contribui com louvor para a construção da história de Montes Claros, é realmente motivo de júbilo para nós, vereadores e servidores desta Casa”, encerrou o presidente da Casa, vereador Cláudio Rodrigues. (Ascom CMMC)



Lei Maria da Penha deve ser discutida nas escolas

Dois projetos que buscam incluir temas para serem discutidos nas escolas foram aprovados em 2º turno no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e estão prontos para a sanção do governador.

São eles o Projeto de Lei (PL) 99/19, que originalmente dispõe sobre o ensino de noções básicas da Lei Maria da Penha nas escolas da rede pública, e o PL 879/2019, que originalmente institui o Programa Estadual Direito na Escola.

O PL 99/19 foi aprovado na forma do substitutivo nº 1 ao vencido (texto aprovado com modificações pelo Plenário no 1º turno), apresentado pela Comissão de Segurança Pública. De autoria da deputada Ana Paula Siqueira (Rede), a matéria acrescenta o artigo 4º-A à Lei 22.256, de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado.

O substitutivo nº 1 acrescenta ao texto que o desenvolvimento e a distribuição de material informativo na comunidade escolar sobre a Lei Maria da Penha deve considerar os

parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Base Nacional Comum Curricular.

Também estão previstos no projeto aprovado a capacitação de professores, o incentivo à abordagem, em sala de aula, de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha, a conscientização da comunidade escolar sobre o alcance da lei, a inclusão de membros da comunidade escolar em instâncias de formulação e implementação de políticas públicas na área e a divulgação da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

CURRÍCULO TAMBÉM VAI TER
NOÇÕES DE CIDADANIA

O PL 879/19, por sua vez, foi aprovado na forma do substitutivo nº 1 ao vencido, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. De autoria do deputado Fábio Avelar de Oliveira (Avante), a matéria tem por objetivo contribuir não apenas para a formação cidadã dos alunos da educação básica, mas também para a formação comple-

mentar dos profissionais da educação pública e privada, e ainda para a transformação da sociedade por meio da educação crítica e transformadora.

Em sua forma original, o PL determina que as escolas tenham profissionais para ministrar conteúdos de direito nas escolas. Na forma aprovada, porém, o texto acrescenta artigo à Lei 15.476, de 2005, que determina a inclusão de conteúdos referentes à cidadania nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio. O novo dispositivo descreve os objetivos para o desenvolvimento de atividades ligadas à cidadania.

Entre eles, contribuir para a formação cidadã dos estudantes das escolas de ensino fundamental e médio integrantes do sistema estadual de educação; contribuir com a transformação da sociedade mediante uma educação crítica e transformadora; e despertar nos alunos capacidade reflexiva e de argumentação crítica.

MATÉRIAS VOLTADAS A PESSO-

AS COM DEFICIÊNCIA TAMBÉM
FORAM APROVADAS

Na mesma reunião, os deputados votaram três projetos que tratam de pessoas com deficiência. O primeiro deles é o PL 2.196/20, da deputada Ione Pinheiro (União), que trata do fornecimento de diploma em braille pelas instituições públicas e privadas de ensino do Estado para os alunos com deficiência visual. A matéria tramita em 2º turno e foi aprovada na forma do vencido.

Além de prever que as instituições de ensino emitam diploma ou certificado de conclusão de curso em formato acessível às pessoas com deficiência, o texto estabelece que esses documentos serão emitidos seguindo os prazos de expedição previstos na legislação e sem custo adicional, podendo ser solicitados, também, em braille.

Ainda foi aprovado o PL 2.840/21, do deputado Professor Wendel Mesquita (SD), que dispõe sobre a realização de sessões de cinema adaptadas para pessoas com

transtorno do espectro autista e suas famílias. Também em 2º turno, a matéria, de autoria do deputado Professor Wendel Mesquita (Solidariedade), foi aprovada na forma do vencido. O texto aprovado insere dispositivos em forma de diretrizes na Lei 13.799, de 2000, que institui a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência.

É acrescentado na norma o objetivo de promoção da participação das pessoas com deficiência em eventos culturais, exposições, sessões de cinema e de teatro e espetáculos musicais, especificando que as medidas para promover essa participação poderão incluir o incentivo à realização de sessões de cinema adaptadas às características de pessoas com transtorno do espectro do autismo ou outras deficiências que acarretem hipersensibilidade sensorial, abertas à participação do público em geral.

NOMENCLATURA

Por fim, o PL 3.387/21, do deputado Zé Guilherme (PP), altera

várias leis estaduais, para dar nova redação à terminologia utilizada em referência às pessoas com deficiência. A matéria tramita em 1º turno e passou na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

O objetivo é atualizar a terminologia, considerando a nomenclatura utilizada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Assim, as leis mencionadas deixarão de conter a expressão “pessoa portadora de deficiência” e passarão a usar, em seu lugar, “pessoa com deficiência”.

As leis estaduais alteradas são as seguintes: 13.465, de 2000; 8.193, de 1982; 8.329, de 1982; 13.641, de 2000; 17.355, de 2008, e 18.009, de 2009.

O substitutivo adequa o texto original às regras de atualização de nomenclaturas da legislação estadual, bem como retira alterações de nomes de órgãos e cargos públicos, mudanças que poderiam acarretar insegurança jurídica. (Portal ALMG)

Na MASTEC, você recebe a impressora a custo zero e só paga a cópia! Consulte nossas condições.

Rua Bocaíuva, 583 Centro - Montes Claros - MG Fone (38) 3214-1202
Av. Cônego Ramiro Leite, 30A - Centro - Janaúria - MG Fone (38) 3621-1000
Av. Pio XII, 433 - Santos Dumont - Pirapora - MG Fone (38) 3742-2001

\$ R\$ 4,75

Cotação DÓLAR - REAL

€ R\$ 5,16

Cotação EURO - REAL

Gasolina R\$ 7,59

Gasolina

Diesel comum R\$ 6,99

Diesel comum

Etanol R\$ 4,99

Etanol

Máx.: 33°
Min.: 21°

Temperatura

18h

Fechamento

Audiência pública discutirá a construção do novo Cetas em Montes Claros

A Câmara de Montes Claros realiza nesta segunda-feira (27), às 14h, audiência pública para discutir sobre a construção do novo centro de triagem de animais silvestres do Ibama (Cetas/MC). O evento é de iniciativa da vereadora Ceci Protetora (PP).

Os Cetas do Ibama são unidades responsáveis pelo manejo dos animais silvestres recebidos de ação fiscalizatória, resgate ou entrega voluntária de particulares. Em Montes Claros o novo centro está previsto para ser construído no bairro Edgar Pereira. O objetivo da audiência é buscar melhorias nas estruturas físicas para receber, triar, recuperar, reabilitar os ani-

mais recuperados.

Entre as autoridades convidadas para a audiência está Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca, Superintendência do Ibama em Minas Gerais – Supes/MG; Junio Augusto dos Santos Silva, Núcleo de Biodiversidade – Nubio/Ibama/Supes-MG; Franklin Regina Pereira Mendes, Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Verde Grande e Pardo – Coevp do MPMG; Albertino Couto Ferreira Junior, Advocacia Geral da União – Procuradoria Seccional Federal em Montes Claros; Allan Versiani de Paula, Procuradoria da República em Montes Claros;

Margarete Suely Caires Azevedo, Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade – Urbio do Instituto Estadual De Florestas (IEF); Líliliana Adriana Nappi Mateus, Diretoria de Proteção à Fauna do Instituto Estadual de Florestas (IEF); Vittorio Medioli, Sada Bio-Energia e Agricultura Ltda (Usina São Judas Tadeu); tenente-coronel Darlan Moreira Soares, Comandante Do Sétimo Batalhão De Bombeiros Militar De Minas Gerais; tenente Davi Pereira de Oliveira Junior, Comandante Da 11ª Cia De Polícia Militar De Meio Ambiente; Vanderlino José da Silveira, Secretário de Infraestrutura e Planejamento Urbano De Montes Claros.



Parque das Mangueiras recebe ação ambiental

O Parque das Mangueiras, localizado no bairro João Botelho, recebeu neste domingo (26) uma ação ambiental como parte da programação do Mês do Meio Ambiente, promovida pela Prefeitura de Montes

Claros, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O secretário municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Montes Claros, Sóter Magno,

lembrou que as ações educativas têm movimentado os espaços de lazer, estimulando a visitação das áreas verdes e promovendo a apropriação dos espaços pela comunidade. “Quando frequentam as áreas de conservação

os moradores, além de se divertirem, aprendem a cuidar delas”, destaca.

Além da exposição cultural “Zanzando por aí”, realizada pela Associação dos Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros, quem visitar

o parque poderá curtir uma extensa programação, que incluirá exposição de fotos, contação de histórias e distribuição de mudas e sementes.

A ação ambiental, que conta com o apoio das secretarias municipais

de Serviços Urbanos, de Cultura, de Educação e da Saúde, além de outros parceiros, foi feita no Parque Milton Prates, no dia 6, no Parque Sagarana, no dia 12, e no Parque Cândido Canela, no dia 19.



Secretaria de Saúde de Pirapora promove Arraial do CAPSI

A Prefeitura de Pirapora por meio da Secretaria de Saúde promoveu na sexta-feira (24) uma festa junina para comemorar junto com a família das crianças e adolescentes assistidas pelo Capsi – Centro de Atenção Psicossocial Infantil.

No Arraial da Inclusão teve muita diversão como brincadeiras de pescaria, comidas típicas como: pipoca, doces, canjica, pa-

çoquinhas, algodão doce e outros que fizeram a alegria de todos que estiveram participando do evento.

O CAPSI funciona de segunda a sexta-feira, de 7h às 17h, na Rua José de Barros Lima, 94 no bairro Nossa Senhora de Fátima, é composto de uma equipe multiprofissional: Psicólogo, fisioterapeuta, pedagogo, psicopedagogo, pediatra, neurologista, enfermeira, téc-

nica de enfermagem e monitor de oficinas.

E segundo a Coordenadora da Saúde Mental, Giselle Carneiro de Mendonça que realizou a festa, “foi um momento de interação, socialização, entre os assistidos, funcionários e a família com o objetivo de resgatar a questão cultural”, explicou. (KELLY CRISTINA - Colaborador)

Prefeitura de Buritizeiro comemora o sucesso do 28º Arraial dos Buritis

Mais de 50 mil pessoas lotaram o Espaço de Eventos de Buritizeiro, segundo a organização do evento. Diversão e alegria para toda a família foi a marca registrada do 28º Arraial dos Buritis, tradicional evento organizado pela Prefeitura de Buritizeiro, por meio da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude - Setcej, que movimentou a cidade, especialmente o Espaço de Eventos de Buritizeiro, na sexta-feira (17), sábado (18) e domingo (19).

O Arraial movimentou milhares de pessoas, moradores, turistas e visitantes das diversas cidades cir-

cunvizinhas e filhos da terra, que se encontram nos dias de festança.

Três dias de festa, nove bandas nacionais, seis bandas regionais, dois palcos, quarenta banheiros químicos, vinte e três barracas e uma segurança atuante, com o amparo dos militares da Companhia de Policiamento Especializado de Montes Claros, Companhia de Recobrimento da 14ª Região de Curvelo, Companhia Tático Móvel de Pirapora, Patrulha de Operações de Buritizeiro, Rádio patrulhamento de Buritizeiro, Base Comunitária de Segurança de Buritizeiro, Patrulha Rural de Pirapora. Os

Militares foram empregados tanto na modalidade de policiamento a pé, quanto motorizado com as rádios patrulhas. Além de sessenta seguranças contratados e quinze brigadistas.

Além de todo esse saldo do 28º Arraial dos Buritis, nessa edição, o evento contou com uma estrutura mais ampla, onde o público pode aproveitar ainda mais a festa, dançando e cantando todos os sucessos dos artistas que se apresentaram. As festividades foram marcadas pela multiplicidade de cores, com uma ornamentação especial, alusiva à festa junina com

referências ao Santo Antônio, São João e São Pedro.

A Secretaria de Saúde – SMS esteve no local, oferecendo o suporte emergencial, com ambulância, médico, enfermeiro e técnico em enfermagem. Outra Secretaria atuante foi a de finanças, que fiscalizou todas as barracas credenciadas, verificando se eles estavam cumprindo o que foi estabelecido pela organização do evento. Além da equipe da Vigilância Sanitária, que também fiscalizou todas as barracas.

O padeiro, Edson Leopoldo, de Montes Claros, veio com a família para aproveitar os três dias de festa. “Gostaria de parabenizar o prefeito, pela iniciativa de deixar mais

espaço para o público, eu participei de edições anteriores, porque tenho familiares que moram na cidade, e percebi que dessa forma aqui, ganhamos mais espaço, e mais organização, está de parabéns pela organização, show demais”, disse.

Já para Edvaldo Souza, barraqueiro, que estava com o sorriso estampado no rosto, o resultado foi ainda melhor. “Que maravilha de festa, e vou te falar, estávamos precisando e muito de evento como esse. Agradeço aqui o prefeito Pedro Braga, que nos permitiu trabalhar, sem precisar pagar pelo espaço, isso foi o diferencial para nós, que estamos ganhando o nosso dinheirinho aqui, com muito

suor, satisfação e alegria”, pontuou.

“Realizamos uma festa que entrou para a história de Buritizeiro. É importante ressaltar que foi um evento muito bem planejado e organizado, superando as nossas expectativas. Uma festa tranquila, segundo a Polícia Militar, uma decoração muito bem elogiada, só se via alegria no rosto de cada um que estava no local. Quero agradecer a todos os servidores da Prefeitura que estiveram envolvidos na festa, meu muito obrigado! O empenho e dedicação de vocês foi de encher olhos. E se preparem, o ano que vem, se Deus assim nos permitir, tem mais”, afirmou o prefeito Pedro Braga. (ASCOM/ PMB)

DE OLHO NA
CIDADE
COM FILIPE GUSMÃO
SEGUNDA
QUARTA
SEXTA
19h
AO VIVO
GNM 2.1
99847-2759



TUDO VIP

Maicon Tavares



O programa Tudo Vip da última semana trouxe muitas dicas de alimentação saudável com a competente nutricionista Ramine Almeida, recentemente homenageada com o Prêmio Construtores do Progresso



Outra entrevista que deu o que falar no programa da última semana foi a do advogado eleitoral João Afonso Maia



Uma lembrança super especial ao lado dos bons amigos Dr. Newton Figueiredo e Gilson Olveira, em festa vespertina da coluna



O presidente da CDI, Hernandes Batata, entregando homenagem em festa da coluna ao renomado médico cardiologista Rodrigo Mendonça



Uma lembrança agradável de nossas promoções no Clube dos Fazendeiros ao lado do Secretário de Desenvolvimento Econômico Edilson Torquato e sua esposa Mônica



Um dos casais mais queridos do circuito vip: Vicente Mota e Cristina Santos, sempre distribuindo alegria e amizade sincera



Em festa da coluna, no AC, toda a elegância do casal Tancredo e Maria Elcy Macedo



A aniversariante do último domingo, Felicidade Tupinambá, na foto com este jornalista, o confrade Arthur Júnior e a indispensável turismóloga e fotógrafa Silvana Mameluque

FATOS & POLÍTICA

POLICIAL PENAL ALEXANDRE GUERREIRO DO QUADRO DE CARREIRA PODERÁ ASSUMIR A CHEFIA DA RECAP/DEPEN



O Policial Penal Alexandre, que atua na profissão há 17 anos, graduado em Letras Português - Unimontes, Gestão de Segurança Pública e Privada - ITA e pós-graduação no Policiamento Multidimensional de Fronteiras - USP. Um dos nomes mais cogitados para dirigir o RECAP/DEPEN, o PP Alexandre já atuou no Presídio Sebastião Sátiro - Patos de Minas (2006 a 2010), Presídio Montes Claros (2010 a 2012), Penitenciária de Francisco Sá (2013), Casa do Albergado Presidente João Pessoa - Belo Horizonte (2018) e lotado no GETAP do Presídio Alvorada Montes Claros MG.

A Polícia Penal de Minas Gerais foi regulamentada com autonomia administrativa e subordinação ao Governador, conforme demais força. A atividade da RECAP será notável na Execução Penal.

Nos próximos dias, o Secretário de Justiça e Segurança Pública, o Dr. Rogério Greco deverá cancelar a Resolução da RECAP (Divisão de Busca e Recaptura do DEPEN).

Pico de doenças respiratórias já passou, afirma secretário de Estado de Saúde

O atual registro de atendimentos dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em Minas se deve à sazonalidade das doenças e deve apresentar queda nas próximas semanas. De acordo com o secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais, o médico Fábio Baccheretti, o aumento recente dos casos está dentro do esperado para as estações de outono e inverno, que são propícias ao surgimento dessas doenças. Baccheretti ressaltou que o pico para essas doenças passou e que já é possível observar uma queda no número de atendimentos e internações nos hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

“Estamos vivendo um aumento do número de casos respiratórios, comum dessa época. Quando a gente olha o número de casos de síndrome respiratória aguda grave de todas as doenças, incluindo Covid-19, em 2019 e hoje, não vemos uma diferença clara entre casos e internações. Não é diferente em atendimentos pediátricos ou nas UPAs e hospitais. Estamos em queda de atendimentos nos hospitais e nas internações. Porém, mesmo com essa queda, ainda temos al-

guns casos mais graves em crianças, vinculados a outras doenças”, alertou o secretário.

De acordo com o secretário, neste ano foi observada uma redução do número de atendimentos de crianças por SRAG registrados no Hospital Infantil João Paulo II, em Belo Horizonte, em comparação com os anos anteriores à pandemia. “Antes da Covid-19, em 2018 e 2019, a gente teve mais de 5 mil atendimentos (no mês de março) no Hospital Infantil João Paulo II. Neste ano foram 3,3 mil atendimentos registrados. Então, por mais que pareça que tivemos um ano com muitos atendimentos, foram menos que antes da pandemia, o que demonstra que a Covid-19 é só um fator a mais”, destacou.

Baccheretti salientou que nesta época do ano outros vírus estão circulando e causando doenças em crianças, adultos e idosos. No mês de março houve uma proporção maior no número de internações infantis, quadro que já apresenta sinais de normalização. “Já passamos pelo pior das doenças sazonais na infância. Ainda estamos no inverno, que é uma época complexa para as

crianças e, por este motivo, é importante a vacinação desse público contra a gripe e Covid-19. Se todas as crianças estivessem vacinadas, a gente praticamente não teria internações de Covid-19 e nem óbitos. Isso demonstra que temos a arma na mão, que é a vacina”, reforçou Baccheretti.

VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE E SARAMPO

O secretário de Estado da Saúde informou ainda que, com o fim das campanhas nacionais de vacinação contra a gripe e o sarampo, nesta sexta, alguns municípios já estão disponibilizando os imunizantes para a população em geral. O secretário de Saúde reforçou a orientação para a população de vacinar. “É muito importante levar a vacina para o dia a dia das pessoas e fazer a busca ativa dos grupos prioritários, pois surte efeito. Entre os idosos conseguimos alcançar 70% de cobertura vacinal contra a gripe e estamos crescendo o número de vacinados, também, contra o sarampo. Ainda temos boa parte da população que não se vacinou. O

sarampo é ainda mais contagioso que a Covid-19. A maior arma para combater as doenças já temos, é a vacina”, finalizou o secretário.

A 24ª Campanha de Vacinação contra a Influenza e a 8ª Campanha Nacional de Seguimento contra o Sarampo começaram em 4/4 e seriam encerradas no dia 3/6. Porém, devido à baixa adesão, o prazo se estendeu até sexta-feira (24/6). Até o momento, a SES-MG não recebeu orientações do Ministério da Saúde

sobre nova prorrogação.

A cobertura vacinal contra o sarampo e contra a influenza das campanhas ficou abaixo da meta estipulada pelo Ministério da Saúde. A cobertura geral da vacinação contra a influenza teve 64,6% de adesão e a meta é de 90%. Já a vacinação contra o sarampo ficou abaixo dos 60% e o objetivo é atingir 95%.

Na Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza, do gru-

po Puérperas imunizou 46,2% do público; povos indígenas, 74,3%; gestantes, 41%; professores, 59%; crianças, 53,3%; trabalhadores de saúde, 70,8%; idosos, 69,2%.

Em relação à Campanha Nacional de Vacinação contra o Sarampo, 57,93% das crianças foram imunizadas e; 52,1% dos trabalhadores da saúde. Os percentuais ficaram bem abaixo dos 95% que preconiza o Ministério da Saúde. *(Com informações da Agência Minas)*



Casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) estão dentro do esperado para o período sazonal e devem diminuir nos próximos dias

Chance de morte por covid-19 é cinco vezes maior para não vacinados

As chances de morrer vítima da Covid-19 em pessoas não vacinadas chegam a ser cinco vezes maiores que as de quem tomou a primeira dose de reforço (terceira dose) da vacina contra a doença. O alerta foi feito pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG) ao apresentar dados sobre a situação da pandemia no estado, das demais doenças respiratórias e das campanhas de imunização.

Hoje, o total de casos confirmados em Minas Gerais é de 3.572.319

desde o início da pandemia, em março de 2020. De lá para cá, 62.015 pessoas morreram por causa do coronavírus. Segundo o boletim apresentado nesta sexta-feira, nas últimas 24 horas foram 14.029 casos confirmados e 99 óbitos. De acordo com o secretário de Estado de Saúde, o médico Fábio Baccheretti, hoje ainda há dados represados por conta do feriado prolongado de Corpus Christi, na semana passada e também por causa da instabilidade no sistema do Ministério da Saúde, que

chegou a ficar fora do ar.

“Temos um aumento de casos de Covid-19, mas muito longe do que vivenciamos em janeiro e fevereiro com a ômicron. Vamos lembrar que estamos vivendo, de novo, um aumento de casos da sazonalidade, mas vinculados à ômicron ou alguma subvariante dela, mas nossa curva de óbitos ainda é muito baixa. Estamos cada vez com uma menor relação entre casos, internações e óbitos, fruto do sucesso da vacinação”, destacou o titular da pasta. “Nós esperávamos

esse aumento sazonal, não estamos vivendo uma quarta onda por uma cepa nova, o que estamos vivendo agora é um aumento de casos respiratórios comum desta época. Há uma expectativa de que o pico dessas doenças respiratórias, especialmente das crianças, já passou. A gente percebe que mesmo com essa queda a gente tem alguns casos mais graves de crianças vinculados a outras doenças”, ressaltou Baccheretti.

APELO - Após apresentar esses

dados, o secretário de Saúde de Minas Gerais destacou que, apesar de a letalidade da Covid-19 ter diminuído com a variante ômicron, a relação da vacinação com a probabilidade de mortes é evidente.

“A proporção da população não vacinada em relação a quem tomou pelo menos a primeira dose de reforço (terceira dose da vacina): nós estamos falando em cinco vezes mais chances de essa pessoa ir a óbito. Então, quem não tomou a vacina, a chance de morrer é

muito maior do que quem tomou pelo menos a primeira dose de reforço. Em quem não tomou a dose de reforço a proporção é quase três vezes maior. Vale sempre falar isso. Temos que tomar o primeiro reforço e o segundo reforço (quarta dose) que está garantido a partir de 40 anos. A pessoa que não tomou a vacina está correndo um risco de pelo menos cinco vezes a mais de morrer da Covid-19. Não tem motivo para não tomar a vacina”, enfatizou.

VIGILLAR
ALARMES ELETRÔNICOS



HÁ MAIS DE 20 ANOS OFERECENDO

SOLUÇÕES E INOVAÇÃO
em sistema de **SEGURANÇA ELETRÔNICA**

MONITORAMENTO DE ALARMES 24H • SISTEMA DE CÂMERAS • VÍDEO PORTEIRO
CERCA ELETRIFICADA • CONCERTINA • ALARMES • PORTARIA REMOTA • CONTROLE DE ACESSO

Conheça todas as vantagens de nossa tecnologia

(38) 3222-6578 - 9 9742-4332

JANAÚBA

PC prende dois homens por descumprimento de medida protetiva e ameaças às ex-companheiras

Dois homens foram presos nessa semana pela Polícia Civil de Janaúba acusados de descumprimento de medidas protetivas e ainda ameaças contra as ex-mulheres. Os crimes foram cometidos neste mês de junho e de acordo com a Delegada de Polícia Wendy Martins Moreira, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, a representação pela prisão dos suspeitos levou-se em consideração a gravidade dos fatos.

Na quarta-feira, dia 22, os investigadores Neri Freitas, Gabriela Fernandes e Giovanni D'Angelis

designados pela delegada Wendy Martins cumpriram o mandado de prisão em desfavor de um homem. O caso foi acompanhado também pelas escrivãs Solange Rodrigues e Jacsirlene Soares ao constatarem que no dia 13 deste mês esse homem teria perseguido e ameaçado a vítima quando ela estava na rua. Além de dizer que iria matar a mulher, sua ex-companheira, ele quebrou o celular dela. Contra o acusado pesa a informação de que ele enviava mensagens com conteúdo ameaçadores para a vítima, amigos e familiares dela.

Outra ação pela garantia da integridade física de vítima exercida pela delegada Wendy Martins e equipe diz respeito a prisão de um homem no dia 14 de junho por violação às medidas protetivas de urgências deferidas pela Justiça. Conforme apurações da Polícia Civil, no dia 4 deste mês o suspeito foi à casa da ex-companheira e proferiu ameaças. "No local, o investigado proferiu diversas ofensas contra a ex-companheira, além de tentar agredi-la fisicamente", informou a delegada. (OLIVEIRA JÚNIOR - Colaborador)



Polícia Civil de Janaúba que atuaram na prisão de dois homens por descumprimento de medidas protetivas e ameaças às vítimas



POLÍCIA MILITAR/DIVULGAÇÃO

Criminoso troca tiros com a PM durante assalto e é baleado em Padre Carvalho

Um criminoso, de 26 anos, foi baleado após uma troca de tiros com policiais militares durante um assalto em Padre Carvalho. A ocorrência foi na tarde de sexta-feira (24).

A polícia recebeu informações de que estaria ocorrendo um assalto a uma mercearia no Centro e flagrou

o suspeito e um comparsa dentro do estabelecimento. Segundo a PM, o homem sacou uma arma e atirou contra os policiais, que revidaram. Ele foi atingido com três tiros nos membros inferiores e nenhum militar se feriu.

Ainda de acordo com a polícia, o

homem foi socorrido ao Pronto Atendimento de Padre Carvalho e depois foi transferido para o hospital de Salinas, onde permanece internado sob escolta policial.

O outro criminoso conseguiu fugir, mas já foi identificado e está sendo procurado. Os dois homens já

tinham passagens pela polícia e são suspeitos de cometerem outros crimes na região.

A PM informou que foram recuperados dinheiro e cheques roubados da mercearia. Os policiais também apreenderam o revólver e uma motocicleta usada pelos criminosos.

Corpo de menino que se afogou no rio São Francisco é encontrado em Januária

O Corpo de Bombeiros resgatou, neste domingo (26), o corpo de um menino de 10 anos que se afogou no rio São Francisco, em Januária.

A criança desapareceu nas águas do rio na tarde de sexta-feira (24),

e era procurada desde então. Testemunhas contaram que o menino e um amigo nadavam em um local conhecido como Prainha de Januária, quando começaram a se afogar. A outra criança foi salva por um pescador e o menino submergiu e

desapareceu nas águas.

Segundo os bombeiros, o corpo do menino possivelmente estava preso em algum ponto de difícil acesso, acabou se soltando e flutuou até a superfície, sendo visualizado por um morador da região.

Os bombeiros foram até o ponto, removeram o corpo para a margem do rio e acionaram os familiares e a perícia da Polícia Civil. Após os trabalhos de praxe, o corpo do menino foi encaminhado ao IML da cidade.



CORPO DE BOMBEIROS/DIVULGAÇÃO

TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:
NOSSA ESPECIALIDADE

PORTEIROS • VIGIAS • SERVENTES DE LIMPEZA
ZELADOR • SEGURANÇA DESARMADA EM EVENTOS

SUA TRANQUILIDADE,
NOSSA RESPONSABILIDADE

www.qualityrecursoshumanos.com.br (38) 3222-5427

Debate de candidatos a diretor e vice-diretor do ICA reúne comunidade acadêmica

Na ocasião, foram ouvidos questionamentos em relação às propostas da chapa única "Todos juntos pelo ICA"



Na foto, da esquerda para a direita, o candidato a Vice-Diretor do ICA, Alcinei Místico Azevedo e candidato a Diretor, Hélder dos Anjos Augusto



A comunidade acadêmica participou ativamente do debate de candidatos

Os candidatos a diretor do ICA, Hélder dos Anjos Augusto e a vice-diretor, Alcinei Místico Azevedo, participaram de um debate com a comunidade acadêmica. Na ocasião, foi apresentado o plano de trabalho da chapa única "Todos juntos pelo ICA".

O professor Hélder dos Anjos Augusto falou sobre a elaboração das propostas para os próximos quatro anos a partir de conversa com a comunidade escolar.

"Eu gostaria somente de lembrar desse novo olhar, um olhar plural, novas percepções. A gente entende que essas constatações é que nos enveredaram a pensar cada membro da comunidade é responsável por nos auxiliar nas melhorias dos processos", explicou o professor.

Sobre a possibilidade de fazer parte da direção do ICA, o pro-

fessor Alcinei Místico destacou a responsabilidade, mas que com a colaboração de todos pode se tornar mais fácil. "Eu sei que a comunidade ICA, discentes, docentes, técnicos-administrativos e demais colaboradores tornam esta missão mais leve, mais suave, mais factível. Todos nós temos os mesmos sonhos. E numa situação como esta, torna-se mais fácil caminhar mos-

dos juntos pelo ICA", disse.

Os candidatos responderam a questionamentos da comunidade acadêmica sobre propostas relacionadas a investimentos no Instituto de Ciências Agrárias. "Foi um debate muito rico no sentido de perguntas bastante amplas e que tocaram em assuntos muito importantes, muito relevantes e que, sem dúvida nenhuma fazem parte do nosso

roll de preocupações", explicou o professor Alcinei.

O professor Helder destacou a importância do debate e da participação da comunidade escolar. "Este é um momento de muita reflexão, um momento de escuta. A gente sentiu que há um clamor dos membros da comunidade, dos técnicos, dos professores, dos estudantes. Eu acho que é um momento também da gente ava-

liar quais rumos que nós temos que seguir, caso sejamos eleitos, para que possamos fazer este trabalho em prol do bem-estar da nossa comunidade", destaca Augusto.

Amanhã (28), entre 8h e 20h, será realizada uma consulta à comunidade em formato on-line via Sistema Eletrônico de Consultas da UFMG. (Com informações do ICA/ UFMG)

Lei que permite renegociação de dívidas do Fies é sancionada

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com veto, a lei que permite a renegociação de dívidas do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). A Lei 14.375/22 beneficia os alunos que aderiram ao Fies até o segundo semestre de 2017.

Criado em 1999, o fundo foi instituído com o objetivo de financiar as mensalidades cobradas por instituições de ensino superior privadas para cursos de graduação de seus estudan-

tes. Os valores dessas mensalidades são pagos, posteriormente e em parcelas, pelos estudantes beneficiados.

Com a sanção da lei, descontos de até 77% do valor da dívida poderão ser concedidos a estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de 360 dias (na data de 30 de dezembro de 2021).

Já aos alunos inscritos no CadÚnico, ou que tenham sido beneficiários do auxílio emergencial em 2021, com

débitos vencidos e não pagos há mais de 360 dias, poderá ser concedido desconto de "até 99% do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação integral do saldo devedor", detalha a Secretaria-Geral da Presidência da República.

A adesão à renegociação de dívidas do Fies deve ser feita por meio de canais de atendimento a serem disponibilizados por agentes financeiros, como Caixa e Banco do Brasil.

O Fies é também uma ferramenta que possibilita, ao poder público, fazer avaliações de instituições de ensino e de seus cursos de graduação.

VETO - O texto da lei encaminhada para a sanção presidencial instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária para Santas Casas, hospitais e entidades beneficentes que atuam na área da saúde, de forma a permitir também o refinanciamento de débi-

tos de natureza tributária e não tributária vencidos até 30 de abril de 2022.

No entanto, após "manifestação das pastas ministeriais competentes", o governo vetou o dispositivo que estabelecia que os descontos em dívidas concedidos com base no Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) "não seriam computados" na apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda; da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Na avaliação da secretaria, "a medida incorreria em vício de inconstitucionalidade e contrariaria o interesse público, uma vez que a instituição do benefício fiscal implicaria em renúncia de receita". (Agência Brasil)

SANTA CASA Montes Claros - MG | **RADIALIS** RADIOTERAPIA

Uma história de compromisso com a vida

RADIALIS 10 anos

(38) 3229-7350

Av. Mestra Fininha, 621 - Centro, Montes Claros - MG

Acesse radialis.com.br

Turco revela preocupação com Calebe e Vargas no Atlético

PEDRO SOUZA/ATLÉTICO



O técnico Turco Mohamed poupou a maioria dos titulares do Atlético na vitória sobre o Fortaleza, por 3 a 2, nesse sábado, no Mineirão, em função do desgaste físico pela sequência de jogos. Mesmo assim, o treinador ganhou mais preocupações para a sequência do ano. De acordo com o argentino, o meia Calebe e o atacante Eduardo Vargas deixaram o jogo lesionados e serão avaliados pelo departamento médico.

“Foi uma decisão pensando no cansaço dos jogadores. Tivemos que usar o Vargas por mais tempo que pensamos. Terminou com um incômodo. Tivemos Calebe e Vargas lesionados. Tivemos que usar jogadores por muito tempo, fora dos planos. Futebol é estratégia. Às vezes funciona bem, às vezes funciona mal”, disse o treinador.

Calebe foi titular nesse sábado e atuou durante os 90 minutos. Mesmo com dores, o meio-campista ficou em campo até o fim da histórica vitória de virada.

Já a programação para Eduardo Vargas era entrar apenas no segundo tempo. Mas, com 30 minutos de jogo e a derrota parcial por 2 a 0, o treinador foi obrigado a utilizar o chileno, que voltou de lesão há quatro partidas. Mais uma vez, o atacante deixou o gramado com um incômodo.

Apenas quatro titulares começaram o duelo contra o Fortaleza nesse sábado: o goleiro Everson, o zagueiro Junior Alonso (substituído ainda no primeiro tempo), o lateral-esquerdo Guilherme Arana e o volante Allan (que deixou o campo no intervalo).

O Atlético volta a campo na próxima terça-feira, contra o Emelec, às 19h15, em Guayaquil, pela ida das oitavas de final da Copa Libertadores. (Superesportes)

Cruzeiro: Ronaldo projeta jogo contra Sport e confirma presença no Mineirão

Sócio majoritário da Sociedade Anônima de Futebol (SAF) do Cruzeiro, Ronaldo Nazário projetou a partida contra o Sport e confirmou presença no Mineirão, em Belo Horizonte. As equipes se enfrentarão na próxima terça-feira (28), às 21h30, pela 15ª rodada da Série B do Campeonato Brasileiro.

“É um jogo bem tarde da noite, mas a expectativa é de encher o Mineirão. É um confronto direto, o Sport é uma equipe que vai brigar para conseguir o acesso à Série A. Então, a gente precisa muito do nosso torcedor para encher o estádio e dar o apoio fundamental para a nossa caminhada”, falou em live

na Twitch.

Ronaldo também disse que estará presente no Mineirão mais uma vez. O empresário aproveitou o espaço para convocar o torcedor para lotar as arquibancadas do Mineirão em mais um confronto direto na Série B.

“Terça-feira é um jogo muito importante, como eu já disse. Eu estarei lá no Mineirão e espero contar com a força da nossa torcida para conseguirmos mais três pontos”, finalizou.

No Brasil desde o dia 15 de junho, o Fenômeno acompanhou as duas últimas partidas do Cruzeiro in loco. A primeira delas foi a vitória

da Raposa sobre a Ponte Preta, por 2 a 0, no Gigante da Pampulha, na quinta-feira passada (16), pela 13ª rodada da Segunda Divisão.

Depois, o empresário assistiu, em um dos camarotes do Maracanã, no Rio de Janeiro, a derrota do Cruzeiro para o Fluminense, por 2 a 1, no jogo de ida das oitavas de final da Copa do Brasil. O Cruzeiro terá casa cheia para o embate contra o Sport. Nesta sexta-feira (24), o clube celeste informou que mais de 30 mil ingressos já foram vendidos. Se esse público for confirmado, será o quarto maior da Raposa, em casa, na Série B. (Superesportes)



REPRODUÇÃO/RONALDO.TV

Mancini critica oscilação do América e vê atletas abaixo de outros em revés

Mancini criticou a oscilação do América na derrota por 3 a 0 para o Flamengo, pela 14ª rodada

do Campeonato Brasileiro. Neste sábado (25), o Coelho teve um desempenho irregular durante a

partida e saiu com o revés no Maracanã.

A equipe mineira suportou bem

os primeiros minutos, e, apesar do gol sofrido, fez um primeiro tempo parelho. Os gols dos donos da casa foram marcados por Gabigol, aos 40' do primeiro tempo, Arrascaeta, aos 26', e Marinho, aos 45', ambos no segundo tempo.

O Rubro-Negro ainda desperdiçou um pênalti e outras duas boas chances com o próprio Gabi, o que não impediu a vitória. Para Mancini, essa oscilação foi um dos pontos mais negativos na derrota.

“Uma equipe que oscila demais, ela vai ter mais dificuldades diante de certos adversários. Foi o que vimos hoje. Vínhamos muito bem no jogo, demos uma oscilada aos 25 minutos do primeiro tempo. Sofremos um pouco, mas nos reequilibramos e voltamos a atacar”, analisou Mancini, em entrevista coletiva após a partida.

No início da segunda etapa, o Rubro-Negro voltou com mais ímpeto e criou diversas oportunidades. Os últimos minutos da partida foram de ‘trocação’, com ambos os times oferecendo perigo no ataque e espaços na defesa.

Além da desconcentração da equipe, o técnico Wagner Mancini acredita que dois atletas não tiveram um desempenho condizente com o restante da equipe.

“Voltamos para o segundo tempo desconcentrados, com duas peças um pouco abaixo das outras. Começamos a ter que correr atrás. Esse desequilíbrio, essa oscilação fizeram com que tivéssemos uma dificuldade maior. Mesmo assim, retomamos o jogo, tínhamos oportunidades de gol, não conseguíamos fazer e dávamos oportunidade ao Flamengo de novo”, afirmou.

O treinador do Coelho ainda citou o grande erro do seu time na partida. Em sua visão, foram cedidos muitos espaços de contra-ataque para uma equipe que tinha qualidade para aproveitá-los. Inclusive, o segundo gol ocorreu dessa forma.

“Isso (o desajuste no segundo tempo) acabou contribuindo para que essa oscilação fosse favorável ao Flamengo. O Flamengo virou (o primeiro tempo) ganhando a

partida, baixou as linhas no segundo tempo e ofereceu a bola ao América. E o América, dentro desse espaço que ele comandou, permitiu a saída de contra-ataque. Talvez tenha sido o maior erro na partida, propiciando a uma equipe de qualidade, uma saída de contra-ataque”, lamentou Mancini.

Com o resultado, o Coelho ampliou o jejum de 22 anos sem vencer o Flamengo e chegou a cinco jogos sem triunfos na Série A.

A equipe caiu para a 16ª colocação, com 15 pontos, e ainda pode entrar na zona de rebaixamento caso a partida entre Goiás e Cuiabá tenha um vencedor. O Rubro-Negro, por sua vez, chegou à oitava posição na tabela, com 18 pontos.

Agora, o América volta às atenções para o jogo de ida das oitavas de final da Copa do Brasil. O time receberá o Botafogo na quinta-feira, às 19h, no Independência. Pelo Brasileiro, o Coelho enfrentará o Goiás na próxima rodada, no domingo, às 18h, também no Horto. (Superesportes)



MONTIÃO PANDIN/AMÉRICA

Sem lei do ex! Giovanni desfalcará Sport contra o Cruzeiro

Emprestado pelo Cruzeiro ao Sport, o meia Giovanni Piccolomo desfalcará o time pernambucano no duelo contra a Raposa, terça-feira, às 21h30, no Mineirão, pela Série B do Campeonato Brasileiro.

O meio-campista levou terceiro amarelo durante empate do Sport contra o Brusque, por 0 a 0, nesse sábado. Giovanni já não entraria em campo contra o Cruzeiro por questões contratuais, já que foi ce-

dido por empréstimo pela Raposa. Por outro lado, o técnico Gilmar Dal Pozzo terá o retorno de três jogadores para a partida no Mineirão. O zagueiro Rafael Thyere e o lateral-direito Ezequiel, titulares da equipe, e o atacante Ray Vanegas cumpriram suspensão contra o Brusque e voltam ao time contra o Cruzeiro.

CASA CHEIA - O Cruzeiro infor-

mou pelas redes sociais que mais de 35 mil ingressos já foram vendidos para o jogo diante do Sport. Se esse público for confirmado, será o quarto maior da Raposa, em casa, na Série B.

O Cruzeiro lidera a Segunda Divisão, com 31 pontos de 39 possíveis. O Sport é o quinto colocado, com 21. Com o empate, a equipe perdeu a chance de entrar no G4. (Superesportes)



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Regra que garante segurança de brinquedos no Brasil completa 30 anos

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a regulamentar a segurança de brinquedos. Há 30 anos, quando o mercado brasileiro experimentava o boom dos produtos importados, o volume de ocorrência de acidentes envolvendo crianças e brinquedos despertou a necessidade de criação de parâmetros que dessem maior segurança aos produtos infantis.

Foi assim que, em 1992, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) publicou a Portaria nº 47, que estabeleceu os requisitos técnicos que deveriam ser seguidos por fabricantes nacionais e importadores.

O objetivo era regular o mercado brasileiro, mitigar os riscos à saúde e à segurança das crianças e, em consequência, diminuir as ocorrências de acidentes de consumo envolvendo brinquedos, além de fortalecer a indústria nacional e garantir uma concorrência justa.

À época, os produtos vinham de todas as partes do mundo, principalmente da China, e entravam no Brasil a preços muito baixos e sem o menor controle em relação aos impactos na saúde e na segurança dos consumidores.

Hoje, 30 anos depois, o regulamento tem um novo desafio: tornar-se ainda mais abrangente, englobando requisitos gerais para artigos infantis e não apenas para brinquedos.

“O nosso grande desafio é fazer

uma regulamentação que não seja engessada. Aliás, esse é o direcionamento no modelo regulatório do Inmetro. Alguns setores, como o de brinquedos, são muito ágeis no desenvolvimento de novas tecnologias. Certos produtos entram no mercado brasileiro e não conseguem ser contemplados com a certificação porque estão fora do regulamento por terem usado processo

“Não há dúvidas de que estamos na frente em relação à qualidade de brinquedos e aos benefícios alcançados com a implementação da norma e regulamentação. O grande desafio para os próximos 30 anos é mantê-la, melhorá-la, fiscalizá-la por meio dos governos e gerações de crianças”

ou tecnologia diferente”, destacou o chefe da Divisão de Verificação e Estudos Técnicos (Divet) do Inmetro, Hércules Souza.

Analista responsável pelo regulamento de brinquedos do Inmetro, Luciane Lobo, lembrou que a última atualização, feita em 2021, deixou claro que, se o produto tem a função de brincadeira e se destina a crianças de até 14 anos, deve ser certificado compulsoriamente.

“Certos brinquedos escapam da regulamentação porque os fabricantes declaram serem produtos terapêuticos, como os recentes pop

its e hand spinner (brinquedos antiestresse), que são comercializados em vários ambientes sem a devida certificação”, alertou.

SEGURANÇA - Hoje, três décadas depois da primeira norma, 90% dos fabricantes brasileiros atendem totalmente à regulamentação do Inmetro, os outros 10% atendem a regulamentos anteriores. Mais de 300 milhões de brinquedos exibiam o selo do Inmetro, no ano passado, segundo dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq).

Para Hércules Souza, os dados da Abrinq mostram que a regulamentação alcançou o objetivo de gerar produtos mais seguros para o consumidor.

A analista Luciane Lobo complementou que, mesmo as micro e pequenas empresas que, segundo ela, sempre foram preocupação do Inmetro, estão conseguindo atender às exigências. “Isso mostra que o setor entendeu a proposta e incorporou isso a seus processos internos”, destacou.

Para a especialista da Aldeias Infantis SOS Erika Tonelli, o papel do Inmetro e do regulamento são fundamentais “para que possamos continuar avançando no país em termos de qualidade dos brinquedos, agora com o grande desafio dos comercializados ilegalmente”.

A ex-diretora nacional da ONG Criança Segura Alessandra França disse que, por ser um dos primeiros



Desafio para os próximos anos é que normas se tornem mais abrangentes

países do mundo a regulamentar a segurança de brinquedos, o Brasil está na frente nesse quesito.

Ao longo desses 30 anos, o regulamento de brinquedos passou por várias atualizações, incorporando ensaios e requisitos que suportam o avanço tecnológico, alinhado às melhores práticas internacionais. O objetivo central, entretanto, permanece: aperfeiçoar a qualidade dos produtos e garantir mais segurança às crianças de 0 a 14 anos, mais suscetíveis a acidentes, segundo o Inmetro.

Na avaliação do presidente da Abrinq, Synésio Batista, a regulamentação de brinquedos no Brasil foi um marco histórico e trouxe muita maturidade para o setor.

Nesse período, foram inseridos no regulamento outros aspectos de segurança, como a revisão da classificação de faixa etária; determinação que os produtos destinados a crianças menores de 3 anos confeccionados para serem levados à boca (chocalhos, mordedores e brinquedos de dentição) utilizem material que resista ao ato de mastigar, sugar e à quebra em pedaços ou fragmentos de tamanho pequeno; inclusão de ensaios para formamida, solvente utilizado em aplicações industriais como a produção de tapetes de EVA (acetato de vinila) destinados ao uso infantil; adoção de novos métodos de testes para ensaios toxicológicos, reduzindo ou substituindo a aplicação dos ensaios in vivo com o uso de ani-

mais, entre outros.

DESENVOLVIMENTO - Segundo a Abrinq, o setor de brinquedos contabiliza, atualmente, 405 fabricantes nacionais, dos quais cerca de 86% são micro e pequenas empresas que, em 2021, empregavam 36,5 mil trabalhadores. Dados divulgados pela entidade na Feira Internacional de Brinquedos, em abril deste ano, revelam que a indústria brasileira faturou R\$ 7,8 bilhões em 2021, aumento de 4% em comparação ao ano anterior, quando a receita foi de R\$ 7,5 bilhões. Para 2022, a expectativa é que a receita do setor cresça em torno de 6%, aproximando-se de R\$ 8,3 bilhões. (Agência Brasil)

Pesquisadora descobre floresta fossilizada de 290 milhões de anos



Achado no Paraná mostra vegetação da era da separação dos continentes

Uma pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) possibilitou à ciência abrir uma janela para viajar no tempo e estudar uma floresta composta por 164 árvores de cerca de 290 milhões de anos, quando o mundo começava a ter os continentes divididos, em uma transição da deriva continental entre os períodos do megacontinente Pangeia e o antigo paleocontinente Gondwana.

A floresta era formada por árvores de uma linhagem chamada licófitas de Ortigueira, plantas que mediam até 18 metros e cresciam em áreas frequentemente inundadas por água salgada.

A descoberta, feita durante uma pesquisa de doutorado da estudante do Programa de Pós-Graduação em Geologia da UFPR Thammy Ellin Mottin, foi publicada no periódico Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology.

Em nota publicada pela federal do Paraná, a pesquisadora diz que as árvores encontradas fossilizadas “estão preservadas dentro da rocha da exata maneira em que viviam”, guardando as características de um ecossistema que existia há cerca de 290 milhões de anos.

POSIÇÃO ORIGINAL - Thammy acrescenta que os fósseis encontrados apresentam plantas preservadas na posição original (vertical), o que é considerado algo extremamente raro, “especialmente no

paleocontinente Gondwana”.

Segundo a UFPR, até hoje, só há relato de mais dois locais com plantas da linhagem preservadas desta forma. Um desses locais é na Patagônia argentina e outro, no Rio Grande do Sul, “regiões em que o número de licófitas é bem menor e cujos caules se encontram deformados verticalmente”.

De acordo nota divulgada pela universidade, as licófitas de Ortigueira recém-descobertas não estão comprimidas como as de outros lugares, o que permite “uma reconstrução da planta com mais fidelidade”, proporcionando noções mais precisas sobre como essas árvores eram distribuídas no terreno, bem como sobre a quantidade de plantas por hectare, a relação delas entre si e sua interação com o ambiente, entre outros aspectos.

Thammy acrescenta que o sistema de raízes das árvores encontradas nunca havia sido descrito em licófitas do Gondwana. “O sistema de raízes forma lobos que partem da base dos caules, cuja função seria a ancoragem da planta no substrato.”

Ela destaca que, ao associar o estudo com outros trabalhos científicos, foi possível, aos pesquisadores brasileiros, reconstruir o ambiente em que a floresta viveu e a forma como as plantas morreram. A floresta era banhada pelo

antigo Oceano Panthalassa, em uma região costeira que sofria influência da água doce dos rios e da água salgada do mar.

INUNDAÇÃO - As plantas viviam nessa transição entre terra e mar, em algo semelhante ao que seria uma região de manguezal. “Elas ocupavam um substrato frequentemente inundado”, explica a pesquisadora. Fortes chuvas, então, causaram uma inundação fluvial, com o transbordamento da água dos rios, evento que contém, além de água doce, grande quantidade de sedimentos, entre partículas de areia e argila.

“Presume-se que os sedimentos

foram cobrindo as árvores progressivamente, levando à asfixia e à compressão das raízes. O soterramento continuou até o ponto em que a parte superior das licófitas colapsou, deixando exposta parte do caule. A parte interior do caule foi sendo removida pela ação da água e foi preenchida por sedimentos que ainda chegavam e que terminaram por soterrar completamente a floresta”, detalha a doutoranda.

De acordo com Thammy, supõe-se que todo esse processo ocorreu rapidamente no tempo geológico, em questão de dias ou poucos anos, enquanto um processo de fossilização em condições

normais costuma demorar milhares ou milhões de anos.

PISCAR DE OLHOS - “No tempo geológico, esse período de dias a poucos anos é comparável a um piscar de olhos. Nesses casos, o que vemos atualmente nessa floresta é muito fidedigno ao que era o ecossistema da época em que vivia”, explica Thammy.

Ela acrescenta que as informações obtidas por meio de plantas fossilizadas podem revelar aspectos da evolução biológica, datação e reconstituição da história geológica da Terra, ecossistemas e climas do passado; e que muitas dessas informações são difíceis de

recuperar pois, durante sua vida ou morte, as plantas colapsam e são levadas para longe de seu habitat, perdendo suas características originais.

Nesse sentido, a vegetação fossilizada descoberta no Paraná torna-se ainda mais relevante “devido à sua rara fossilização instantânea”, o que torna seus elementos extremamente fiéis. Assim, o achado acaba por ajudar a traçar o clima existente na época, “demonstrando que uma importante mudança climática ocorreu naquele período, com a passagem de uma forte glaciação para um período de clima mais quente, chamado pós-glacial.”

OPORTUNIDADE

VENDE-SE

Cobertura de luxo, ao lado do Hotel Dubai, Edifício Dr. Jose Estevam, com vista privilegiada e preço de oportunidade!

Ligue agora e faça-nos uma visita!
(38) 9 8401-7670